

Mais de 1,5 milhão de inscritos: prazo para concurso único vai até 6^a

Termina na próxima sexta-feira (9/2) o prazo para inscrição no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). Interessados em participar do certame devem acessar o site da Fundação Cesgranrio e pagar a taxa de R\$ 60, para os cargos de nível médio e R\$ 90 para os de nível superior. É necessário ao candidato estar inscrito na plataforma Gov.br.

Os organizadores já contabilizam mais de 1,5 milhão de inscrições para concorrerem às 6,6 mil vagas no serviço público. Dessas, 5.948 são para cargos de nível superior e 692, nível médio. As provas serão aplicadas no dia 5 de maio, em 220 cidades distribuídas por todas as unidades federativas.

Para se inscrever, o candidato precisa, primeiro, escolher um entre os oito blocos temáticos do concurso. Na sequência, escolhe os cargos de seu interesse, dentro do mesmo bloco temático, e coloca na ordem de preferência – primeiro entre os cargos e, na sequência, entre as especialidades.

Os editais dos oito blocos temáticos, com todos os requisitos necessários, estão disponíveis em site específico do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.



O telefone de suporte para esclarecimento de dúvidas sobre os editais, disponibilizado pela banca examinadora, a Fundação Cesgranrio, é 0800 701 2028. O funcionamento é das 9h às 17h, todos os dias da semana, inclusive fins de semana e feriados.

Fonte: Condeef

Entenda o que é assédio sexual no trabalho e como se defender dessa violência

O Brasil registrou, somente no primeiro trimestre de 2023, um total de 831 denúncias de assédio sexual no ambiente laboral, segundo Ministério Público do Trabalho (MPT). No mesmo período de 2022 foram 393 denúncias. Ou seja, os números mais que dobraram. No entanto, o número de casos pode ser muito maior, já que há vítimas que, por medo do assédio em si e de perder o emprego, simplesmente se calam.

A cartilha “Enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e discriminação no trabalho bancário”, elaborada pelo escritório LBS Advogados e Advogadas, que presta assessoria jurídica à CUT e sindicatos, define o assédio sexual como “todo comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não verbal ou

física, com o objetivo ou efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador”.

Diferentemente de importunação sexual, o assédio sexual se refere exclusivamente ao ambiente e as relações de trabalho. Veja mais abaixo a diferença entre essas duas formas de violência

Está na Lei: No Brasil, o assédio sexual é crime, previsto no artigo 216-A do Código Penal. “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” diz o texto.

A pena prevista é de detenção

de um a dois anos de prisão e pode ser aumentada em até 1/3, caso a vítima seja menor de 18 anos.

Na prática o assédio sexual são as situações em que opressores ‘ultrapassam os limites’ com o intuito de satisfazer seus desejos perversos mesmo contra a vontade da vítima.

Não é necessário que haja contato físico para que o assédio sexual seja caracterizado, ou seja, agressões verbais fundadas em comentários, expressões e intimidações também são formas de ofender e atentar contra a intimidade da vítima. Isso pode se dar inclusive no âmbito virtual.

Assédio sexual também ocorre pelos meios eletrônicos como WhatsApp, e-mail e redes sociais.

Fonte: Condeef



Mulheres, homens e ideologia: a divisão de gênero na preferência política

Por Eduardo Galvão - Executivo, professor de Relações Governamentais e de Políticas Públicas no Ibmec e fundador do Pensar RelGov.

Nos últimos anos, uma nova divisão de gênero na política tem emergido ao redor do mundo, com homens e mulheres jovens adotando visões de mundo cada vez mais divergentes. Essa tendência, apontada pela pesquisa que foi mencionada pelo Financial Times e que considerou dados globais, revela uma realidade onde, em várias nações, as jovens estão significativamente mais inclinadas a abraçar ideologias progressistas, enquanto os jovens homens demonstram uma tendência conservadora mais acentuada.

Nos Estados Unidos, por exemplo, as mulheres entre 18 e 30 anos estão agora 30 pontos percentuais mais liberais do que seus contemporâneos masculinos, uma lacuna que surgiu em apenas seis anos. Na Alemanha e no Reino Unido, essa diferença também é marcante, com uma separação de 30 e 25 pontos, respectivamente. Na Ásia, a divisão é ainda mais profunda, com países como a Coreia do Sul e a China mostrando disparidades acentuadas entre os gêneros na juventude.

Este fenômeno não é apenas uma curiosidade estatística, mas reflete mudanças substanciais nas sociedades. O movimento #MeToo é citado como um gatilho crucial para essa divergência, especialmente entre as jovens mulheres, impulsionando valores feministas fortes e uma rejeição a injustiças de longa data. A situação na Coreia do Sul é particularmente dramática, com taxas de casamento em queda e a taxa de natalidade mais baixa do mundo em 2022, destacando as consequências sociais dessa divisão.

No Brasil, essa tendência global encontra um eco particular na política nacional. A pesquisa Datafolha de 15 de outubro de 2022 revelou que Lula manteve a liderança entre as mulheres e empatou com Bolsonaro entre os homens. A aprovação do trabalho de Lula ao longo de 2023 mostrou uma consistência maior de apoio entre as mulheres, com uma aprovação geralmente superior à dos homens e uma desaprovação menor. Esses dados refletem uma tendência similar à observada globalmente, onde as mulheres tendem a apoiar mais ideais progressistas, enquanto os homens apresentam uma inclinação mais conservadora.

A gestão de Bolsonaro também teve sua reprovação mais acentuada entre as mulheres do que entre os homens, reforçando a ideia de que as diferenças de gênero na política não são exclusivas de uma faixa etária ou ideologia específica.

Essas tendências endereçam uma reflexão sobre a importância de compreender as divisões de gênero na política, não apenas como um fenômeno brasileiro, mas como parte de uma mudança global mais ampla. O Brasil, sob a gestão de Lula, apresenta um caso interessante de estudo dentro desse contexto global, onde as diferenças de gênero na política se manifestam tanto no apoio quanto na crítica ao governo.

É importante reconhecer essas divisões e trabalhar para entender suas raízes e implicações. A política, afinal, não é apenas o reflexo de nossas escolhas em urnas, mas também um espelho das divisões mais profundas dentro de nossas sociedades.

Fonte: congressoemfoco.uol.com.br

**SE É IMPORTANTE PARA A SUA VIDA
É UMA LUTA DA CUT**